

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 53ª REUNIÃO**

5 Data: 23 e 24 de novembro de 2006

6 Locais: Miniauditório da SRH, Brasília/DF.

8 PARTICIPANTES CTPOAR:

- 10** ■ Ministério das Cidades: Valdemar Araújo (valdemar.filho@ciudades.gov.br)
- 11** ■ Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida
12 (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- 13** ■ Ministério do Meio Ambiente – ANA: Alan Vaz Lopes (vazlopes@ana.gov.br)
- 14** ■ Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto Alves Monteiro
15 (roberto.monteiro@mme.gov.br)
- 16** ■ Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- 17** ■ Ministério da Saúde: ausente
- 18** ■ Conselhos Estaduais MG/ES: Marcelo Garcia Miranda Diniz (mdiniz@iema.es.gov.br)
- 19** ■ Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- 20** ■ Conselhos Estaduais CE/BA: ausente
- 21** ■ Conselhos Estaduais PB/PE: Maria Lorenzza P. Leite (lorenzza@sectma.pe.gov.br)
- 22** ■ Conselhos Estaduais RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins.a@gmail.com)
- 23** ■ Conselhos Estaduais PI/SE: ausente
- 24** ■ Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana
25 (teresa.lana@emae.gov.br)
- 26** ■ Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:
27 Erivelto Luiz Silveira (eriveltols@sanepar.com.br)
- 28** ■ Indústria: Patrícia Boson (tita@uaigiga.com.br)
- 29** ■ Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Dartison da
30 Piedade Fonseca (dfonseca@saaeitabira.com.br)
- 31** ■ Organizações não Governamentais: João Clímaco (joão.climaco@uai.com.br)

33 CONVIDADOS:

- 35** ■ Carmem Gonçalves – ELABORE – (carmem.souza@elabore.com.br)
- 36** ■ Célia Regina Buono Palis Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesbnet.sp.gov.br)
- 37** ■ Darcy Brega Filho – SABESP/SP – (dbf@sabesp.com.br)
- 38** ■ Eduardo Mazzolinis – CETESB/SP – (ee@cetesbnet.sp.gov.br)
- 39** ■ Jaildo Santos Pereira – ABRH/AL – (jaildo@yahoo.com)
- 40** ■ Leonardo Mitre – ANA – (mitre@ana.gov.br)
- 41** ■ Mariana R. Cavalcante – PATRI – (mariana.cavalcante@patri.com.br)
- 42** ■ Oneida Freire – MTurismo – (segmentos@turismo.gov.br)
- 43** ■ Rodrigo Antônio Mundim – IGAM/MG – (rodrigo.mundim@igam.mg.gov.br)
- 44** ■ Rubens Pereira Brito – SEPLAN/TO – (rubens@seplan.to.gov.br)

46 RELATORIA CTPOAR:

- 47** ■ Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

51 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

52 Às 10h09 do dia 24 de novembro do ano de dois mil e seis, sob a presidência da Sra. Leila de
53 Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 53ª Reunião da Câmara Técnica de
54 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do
55 Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente agradeceu a presença de
56 todos e passou diretamente para o item 3 da pauta desta reunião, considerando o atraso já
57 ocorrido. *Item 3 - Aprovação da Ata da 52ª Reunião da CTPOAR.* A ata foi aprovada com
58 modificações. *Item 4 – Apreciação sobre os resultados do Seminário “Metodologias de*
59 *Enquadramento de Corpos de Águas”, realizado pela ABRH, SEMARH/AL e UFAL.* Nesse
60 momento a palavra foi passada para o Sr. Jaildo Santos Pereira, responsável pela organização
61 do evento citado, que iniciou sua palestra informando que o evento foi realizado durante os
62 dias 21 e 22 de setembro de 2006 em Alagoas. Historiou que desde 94 houveram comentários
63 que o instrumento cobrança seria o instrumento que apresentaria mais controvérsias, contudo
64 a experiência mostrou ser o enquadramento o instrumento mais complexo, devido a seu
65 desconhecimento. Disse que seria o comitê o responsável pela sua implementação, por
66 caracterizar-se como instrumento de planejamento, observando a bacia como um todo a luz da
67 sustentabilidade; que esse instrumento permearia vários sistemas, principalmente o de meio
68 ambiente e que seria um instrumento flexível. Informou que no CTHIDRO haveriam
69 programas envolvendo o enquadramento. Em seguida, apresentou as motivações para a
70 abordagem do tema, com destaque para necessidade de analisar e discutir com mais
71 profundidade a inter-relação do enquadramento com os demais instrumentos da PNRH e da
72 PNMA. Depois apresentou os temas discutidos durante o evento: Tema 1 – O que é
73 Enquadramento de Corpos de Água – com o objetivo nivelar os conhecimentos dos
74 participantes. Tema 2 - Enquadramento de Corpos de Água: Perspectiva Nacional – um
75 panorama do enquadramento de corpos d'água no Brasil e as ações da ANA. Tema 3 –
76 Proposta de metodologia de enquadramento de corpos de água para o Estado de Alagoas –
77 desenvolvida pelo programa de Agentes Gestores, para a BH do rio Coruripe, AL; Tema 4 -
78 Enquadramento de Corpos de Água como Instrumento de Planejamento para o
79 Desenvolvimento Sustentável Regional – visa contribuir para o desenvolvimento de
80 metodologias de enquadramento, através de estudos de avaliação de impactos de restrições de
81 qualidade de água impostos a corpos hídricos interiores e estuarinos sobre o nível de
82 desenvolvimento de regiões, considerando aspectos sócio-econômicos, ambientais, legais,
83 políticos e institucionais (UFES); Tema 5 - Bases Técnicas para a Definição de Metas
84 Progressivas para seu Enquadramento e a Integração com os Demais Instrumentos de Gestão -
85 Estruturação de metodologia para enquadramento de corpos de água que considere aspectos
86 técnicos relevantes tais como a definição de metas progressivas, vazões críticas, parâmetros
87 de qualidade da água e calibração de modelos de qualidade da água. (USP/UFPR); Tema 6 -
88 O Enquadramento como instrumento de participação popular – como, através do
89 enquadramento a sociedade poderá estabelecer suas metas e prioridades para a bacia
90 hidrográfica. (DRH/RS). Continuou comentando sobre os testes de metodologia que estariam
91 sendo realizado para o enquadramento; sobre a comunicação ser a grande dificuldade para o
92 entendimento do enquadramento, principalmente no âmbito do comitê e nesse caso citou que
93 na França, o enquadramento era apresentado como balneabilidade ou não, sendo mais fácil
94 para o entendimento da sociedade. Apontou como vantagem, a necessidade de definições
95 conjuntas para a construção do enquadramento em uma bacia, mas que o desafio estaria em
96 compatibilizar as propostas não realizáveis, dependentes de prazo e que isso ressaltaria a
97 importância dos pactos a serem tratados para o alcance das metas do enquadramento.
98 Exemplificou a necessidade de flexibilização e negociações citando a Resolução CONAMA nº
99 20 que se apresentou muito rigorosa e que mesmo com recursos financeiros não se tornaria
100 possível a qualidade da água apontada nessa legislação. Ressaltou que enquadramento não

101 seria instrumento e sim meta, respeitando período e custo para ser atingida. E este fato estaria
102 apresentado na legislação do Estado do Tocantins, que colocou o enquadramento no plano de
103 bacia. Ponderou sobre a relação existente entre o enquadramento e o uso e ocupação de solo, e
104 devido a isso necessitando

106 *Item 7 – 2ª reunião do GT Revisão da Resolução CNRH nº 12.* Estiveram presentes
107 representantes dos estados de SP, RN, PE, DF, MG, ES, AL, TO, PR, entre outros segmentos
108 que decidiram em não escolher o coordenador do GT devido a alteração na composição da
109 CT. Acordaram pela construção de uma agenda de trabalho, primeiramente com a
110 conceituação de enquadramento e sua relação com os planos, a definição da participação
111 social no enquadramento e finalmente a segregação das dimensões básicas. Paralelamente
112 haveria a continuidade da análise do texto das propostas modificativas, além da busca das
113 respostas para os seguintes questionamentos: Como se faz o enquadramento? Ações
114 necessárias para alcançar o enquadramento? Como utilizar o enquadramento quando da
115 inexistência de comitê e agência de bacia? Também seria diagnosticada a causa da não
116 utilização desse instrumento. Para agregar conhecimentos sugeriram apresentações do comitê
117 PCJ, do GTCE e da ANA (conceituação). Pontuaram também a relação do tema com as ações
118 da CTCOST e da CTAS. Discutiram sobre a determinação dos usos de recursos hídricos
119 devendo ser adotados os usos atuais ou a cenarização. Pacturam que evitariam o uso de artigo
120 determinando a classe do rio enquanto não houver o enquadramento, conforme resolução do
121 CONAMA. Enfatizaram as características de comando e controle que esse instrumento possui
122 além da necessidade do envolvimento da sociedade civil e usuários para a construção das
123 metas do enquadramento. Ainda discutiram sobre a instância decisória para a classificação,
124 apontando os Conselhos Estaduais, mas antecedida de audiência pública.

125
126 *Item 5 – 6ª Reunião do GT Água Mineral.* A reunião ocorreu no dia 23/11, das 10h às 16h30,
127 onde foi dada continuidade a discussão da proposta de resolução que visa a integração entre a
128 gestão das águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários
129 e a gestão de recursos hídricos. Fizeram a leitura geral da proposta de resolução e em seguida
130 trataram separadamente cada artigo visando a correção final, contudo não alcançado consenso
131 nos artigos 3ºA, 5º e 6º e assim não sendo encaminhada para análise na CTPOAR, que
132 decidiria sobre os pontos polêmicos. Acordou-se que na próxima reunião do GT os seus
133 integrantes apresentassem propostas, após discussão com seus pares, visando a conclusão do
134 trabalho.

135

136

137 Ata aprovada na 55ª reunião, realizada em 19 e 20 de abril de 2007.

138

139

140

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora da CTPOAR

141

142